

Quando o audiovisual informativo se transforma em disciplina na pós-graduação: uma perspectiva pedagógica no stricto sensu¹

Felipe Moura Oliveira²

Leandro Olegário³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Resumo

O presente artigo sistematiza a experiência de ensino-aprendizagem da disciplina “Comunicação e tecnologias: Audiovisual informativo em cenário de convergência”, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS) no primeiro semestre de 2026. A abordagem foca no processo de elaboração conceitual da disciplina e sua operacionalização, abordando transformações sociotécnicas do campo. O texto estrutura-se em três eixos: a concepção da disciplina, o desenvolvimento do conteúdo programático e aspectos didáticos relacionados à geração Z e a reflexão da prática docente. A partir disso, depreende-se que a disciplina se modela como uma resposta à crise do jornalismo, ao mesmo tempo que repensa a prática docente a partir da interdisciplinaridade como um processo contínuo e necessário para o atingimento dos objetivos pedagógicos na ambiência das incertezas.

Palavra-chave: Comunicação; ensino; pós-graduação; audiovisual informativo; crise do jornalismo.

Introdução

A dinâmica de expansão da pós-graduação no Brasil reflete tanto escolhas estratégicas individuais quanto o fortalecimento de políticas públicas de fomento. Sob a perspectiva das trajetórias juvenis, Mattos (2011) observa que o prolongamento da vida acadêmica surge como uma alternativa deliberada para graduandos que percebem um cenário de retração ou estreitamento nas oportunidades do mercado de trabalho imediato. Nesse contexto, a disponibilidade de bolsas de estudo atua como um catalisador decisivo para o ingresso precoce em cursos de mestrado e doutorado, oferecendo o suporte financeiro necessário para a continuidade da formação científica (Mattos, 2011). Essa tendência de crescimento é corroborada por indicadores oficiais recentes. Dados

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, do 26º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) e do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Digital - JorDi (UFRGS/CNPq). E-mail: felipecomunica@gmail.com.

³ Pesquisador de Pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFRGS. Doutor em Comunicação. Membro do JorDi (UFRGS/CNPq) e Rede Telejor (SBPJOR). Professor universitário. E-mail: leandro.olegario@gmail.com.

consolidados pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apresentados ao Conselho Nacional de Educação em 2024, revelam que o sistema *stricto sensu* ultrapassou a marca de 350 mil matriculados em 2023. Este avanço rompe com a estabilidade observada no biênio 2021-2022, registrando um incremento superior a 35 mil novos ingressantes no último ano. Paralelamente ao crescimento quantitativo, emergem novas demandas subjetivas e profissionais entre os pesquisadores. Conforme apontam Bonadiman et al. (2016), embora os pós-graduandos constituam um público recente nos serviços de orientação de carreira, há uma busca crescente por suporte especializado. Tais demandas abrangem desde a estruturação de projetos de futuro e a reflexão sobre a identidade docente-pesquisador até o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento de desafios relacionais e acadêmicos inerentes ao cotidiano da pós-graduação. Outro aspecto diz respeito às características da Geração Z, nascida entre 1996 e 2010, que atualmente compreende o maior público estudantil na pós-graduação *stricto sensu* no país.

A Geração Z, também denominada *iGeneration* ou *Centennials*, é composta por indivíduos nascidos em um contexto digital pervasivo. Diferentes autores identificam características marcantes desta geração, incluindo alta proficiência tecnológica, preferência por comunicação visual e multimídia, capacidade de multitarefa, expectativa de feedback imediato e valorização da personalização e individualidade. Estas características têm implicações significativas na forma como esses estudantes se engajam no processo de aprendizagem e no ambiente acadêmico. (Olegário, 2024, p. 56)

Assim sendo, o artigo tem como objetivo compreender aspectos contextuais, conceituais e pedagógicos para a elaboração de uma disciplina de pós-graduação em comunicação no âmbito do *stricto sensu*, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2026: Comunicação e tecnologias: Audiovisual informativo em cenário de convergência. Para isso, adota-se o Estudo de Caso como procedimento metodológico. Sob a perspectiva de Gil (2010, p. 37), esse método caracteriza-se como uma investigação profunda e exaustiva voltada a um objeto restrito ou a um número reduzido de unidades, visando a obtenção de um conhecimento amplo e pormenorizado. O autor sustenta que o nível de detalhamento proporcionado por essa modalidade investigativa é dificilmente alcançado por outros delineamentos metodológicos. Dessa maneira, na sequência do texto, apresenta-se a concepção da disciplina, ancorada em dois momentos: a crise do Jornalismo como elemento motivador e o planejamento pedagógico. Posteriormente,

aborda-se os procedimentos pedagógicos. Por fim, reflete-se sobre a prática docente no âmbito da pós-graduação.

2. A Crise do Jornalismo

A proposta da disciplina foi concebida a partir da premissa de que a Crise do Jornalismo não é meramente um fenômeno econômico ou tecnológico, mas uma ruptura epistemológica e institucional (Oliveira e Pastl, 2023). Nesse contexto, cumpre compreendê-la, como contexto no qual se insere a disciplina objeto de reflexão aqui, antes de avançar ao relato da experiência propriamente dita. Para tanto, recorre-se às bases com a qual trabalha Oliveira (2018), no âmbito da filosofia da linguagem e, mais especificamente, da semiótica para pensar o jornalismo como atividade de mediação entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade.

Junho de 2013, no Brasil, é o signo de semioses potencialmente transformadoras que se expandiam pelo mundo, como no Oriente Médio e no Norte da África (*Primavera Árabe*), nos EUA (*Occupy Wall Street*) e na Espanha (*Indignados*). Em comum, expressavam sentidos de libertação, produzindo tensões inéditas no período pós-Segunda Guerra Mundial sobre o espectro político que vai de ditaduras autocráticas e teocráticas às instituições globalistas; a representação das demandas sociais, nesse contexto, com a centralidade do jornalismo, é posta em cheque por formas, àquela altura, aparentemente mais autônomas (Oliveira, 2018).

Não é arriscado prever que uma semiose da notícia de lógica pretensamente linear teria dias contados. E sobre o jornalismo, como campo social e profissional, tem se abatido consequências severas de novas formas de intervenção na esfera pública, com as redes sociais digitais como espaço alternativo de articulação e significação dos acontecimentos.

Durante pesquisa de campo no jornal *Folha de S. Paulo*, em 2013, publicada em trabalho anterior (Oliveira, 2018), profissional da direção da redação admite, durante reunião de pauta: “Tá [sic] na cara que a força e a rapidez de mobilização tá [sic] calcada nisso [redes sociais]. A maioria fica sabendo por ali [dos protestos], não tá nem aí para o que a gente diz. O efeito disso temos que discutir” (2018, p. 16). Era a percepção do

jornalismo brasileiro sobre a crise de legitimidade que se desencadeava em meio às *Jornadas de Junho*.

Em jogo estava, em termos gerais, a crença nos valores abstratos prescritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos modos de sociabilidade impostos pela globalização de bens culturais e de consumo. Em todos os casos, porém, a prevalência de valores conservadores na disputa de sentidos permite a ascensão de projetos ainda mais autoritários, inclusive na comunicação propriamente, como é o caso da agência de algoritmos nas plataformas de redes sociais, à vontade incontida das *big techs*, empoderando a extrema direita política e frustrando as primeiras previsões mais entusiasmadas desse novo fluxo social.

Isso tudo sob a égide dos algoritmos no âmbito das condições em meio às quais o contrato de comunicação se estabelece - ou não se estabelece -, como observa Miguel (2022, p. 196):

[...] o principal aspecto do novo ambiente comunicacional não é a pluralização de vozes e de perspectivas sociais e políticas, que permitiria ampliar e aprofundar o debate público. [...] o efeito principal das novas tecnologias é a formação de enclaves discursivos fechados em si mesmos (“bolhas”) e a erosão da referência a uma realidade fática comum, necessária para o avanço de qualquer troca argumentativa (“pós-verdade”).

O motor dos questionamentos às formas consensuais de representação e mediação é o que Santaella (2008) chamou de “sobras” que resultam de qualquer semiose – e, é de se deduzir, da semiose da notícia. Ou seja, considerando a realidade inapreensível, senão pela linguagem, é o signo que representa os objetos, mas jamais em sua totalidade.

Cada semiose, em particular, se processa a partir de escolhas sógnicas que se dão no âmbito do interpretante. Ao passo em que o jornalismo significa os acontecimentos numa semiose orientada pelos legi-signos que o compõem, nas redes sociais outras semioses se desenrolam, configurando uma disputa de sentidos sobre a realidade. Cenário em que o audiovisual, como formato que põe em circulação signos de natureza icônica, assume protagonismo. Esse fenômeno abala o poder de agendamento do jornalismo convencional e empodera, potencialmente, o público, levando pesquisadores a investigar uma transição dos valores-notícia ao que têm chamado de “valores- compartilhamento” (Trilling et al., 2017).

Lisboa e Benetti (2017) contribuem para a compreensão dos efeitos da crise sobre a credibilidade. No ambiente digital, a *credibilidade constituída* e a *percebida* entram em

dissonância. A autoridade do jornalismo como detentor da verdade (aqui entendida como credibilidade constituída) é posta em xeque com a possibilidade do público confrontar as informações noticiadas com um número cada vez mais expandido de fontes. A percepção da credibilidade, nesse olhar, é uma constante negociação.

A noção sobre uma credibilidade negociada com o público marca também a proposta de uma filosofia do jornalismo concebida por Beltrão (1960). E se agora a expansão das redes sociais digitais é o *locus* principal dessa negociação (Benetti, 2020), atravessada pelos algoritmos, na metade do Século 20, em meio à “modernização tardia” do jornalismo brasileiro – expressão, à época, do colonialismo com contornos de globalização (Jácome, 2023) –, a discussão se concentrava na expansão das mídias de massa: mudanças editoriais nos jornais como empresas; inovações gráficas; e a consolidação da concorrência.

Já a desinformação, que acirra a crise atual, é entendida como um conjunto de informações distorcidas, manipuladas ou inteiramente falsas que são criadas intencionalmente com a função de gerar algum tipo de ganho político; ou, ainda, excesso de informação, falsa ou verdadeira. A desinformação engana o público pela imitação de notícias (Tandoc Jr. et al., 2018). Em relação à credibilidade, então, esse cenário contribui para uma confusão dos usuários sobre o que é e o que não é informação jornalística.

Além de impactar diretamente a crise de credibilidade do jornalismo, o espalhamento de desinformação é um problema de saúde pública (sobretudo em países com a formação socioeconômica e cultural semelhante à do Brasil) evidenciado pela pandemia de Covid-19. E a hidroxicloroquina, como signo, é um dos vários combustíveis. Usualmente prescrita para tratamento de lúpus e artrite reumatoide, a droga passou a ser apresentada como a “cura” para a Covid-19, embora as evidências científicas nunca tenham confirmado sua eficácia e conteúdos sobre o assunto tenham sido desmentidos (Recuero et al., 2020).

Depois das correções posteriores, a desinformação já havia se espalhado. No Brasil o então presidente Jair Bolsonaro, representante genuíno do negacionismo e da desinformação, fez ampla defesa do uso da hidroxicloroquina. Até então restrito a pacientes graves e hospitalizados, devido ao risco de provocar arritmia, o Ministério da Saúde, sob Bolsonaro, autorizou, em 20 de maio de 2020, o uso do remédio para casos leves. A venda passou a prescindir de prescrição médica e houve desabastecimento. No

início de 2021, casos de hepatite medicamentosa ocuparam o noticiário, levando pacientes à fila de transplante de fígado pela ingestão descontrolada desse e outros remédios, na combinação conhecida como “kit covid”.

É nesse ruidoso cenário de crises e instabilidade dos conceitos de verdade e credibilidade que o jornalismo se vê desafiado a repactuar o contrato de comunicação que estabeleceu com o público em democracias liberais ocidentais ao longo do Século 20. De um ponto de vista epistemológico, a proposta é tomá-lo como mediação qualificada (Oliveira, 2018), pela qual passa, antes, a revisão do seu estatuto filosófico, onde se localiza a discussão da transparência como espécie de nova “cláusula”. Na dimensão pedagógica, trata-se, então, de tomar o audiovisual informativo como uma das estratégias possíveis de enfrentamento, dotando pós-graduandos de aparato teórico e metodológico tanto para compreendê-lo, como objeto de pesquisa, quanto para exercê-lo. Assim, estabelece-se os objetivos da disciplina:

- a) Analisar autores e conceitos aplicados ao telejornalismo e suas transformações sociotecnológicas;
- b) Estudar o papel da convergência e da plataformização na prática jornalística televisiva;
- c) Apresentar métodos de investigação científica aplicados a produtos de informação transmídia;
- d) Refletir sobre a crise do Jornalismo ante ao ambiente digital e processos sociais de produção, circulação e consumo em múltiplas telas.

Portanto, no horizonte epistemológico que delimita esta proposta pedagógica ancorada como uma resposta, no âmbito da educação superior, à crise do jornalismo, os objetivos curriculares articulam-se de forma integrada para viabilizar, primordialmente, a análise sistemática de autores e conceitos aplicados ao telejornalismo e às suas transformações sociotecnológicas contemporâneas. Sob essa perspectiva, a disciplina propõe-se a investigar o papel da convergência midiática e dos processos de plataformização na reconfiguração da prática jornalística audiovisual. Por fim, o percurso formativo culmina em uma reflexão crítica acerca da crise multidimensional do jornalismo, verificando dinâmicas sociais de produção, circulação e consumo que se processam em múltiplas telas.

3. O planejamento pedagógico

O planejamento da disciplina “Comunicação e Tecnologias: Audiovisual informativo em cenário de convergência” foi estruturado sob a premissa de que o ecossistema midiático contemporâneo não atravessa apenas uma mudança técnica, mas uma reconfiguração ontológica. No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, a elaboração de um plano de ensino exige o que Lage (2011) define como o rigor da teoria do objeto, onde o fenômeno jornalístico deve ser compreendido para além da técnica, alcançando a dimensão do conhecimento social. O planejamento, portanto, partiu da necessidade de confrontar a crise de autoridade do jornalismo tradicional com a emergência de novas lógicas de circulação, fenômeno que Fausto Neto (2011) caracteriza como a transição para uma “sociedade em vias de midiatização”.

A fundamentação teórica da disciplina foi desenhada para oferecer ao discente uma imersão nas mutações do bios midiático, conceito de Sodré (2014) que nos permite entender a mídia não como um conjunto de aparelhos, mas como uma nova existência existencial e social. Ao planejar as unidades, priorizou-se a discussão sobre a plataformização, entendendo-a como a infraestrutura que rege as novas relações de visibilidade. A escolha dos temas como crise do jornalismo, convergência e audiovisualidades justifica-se pela urgência em debater como o jornalismo, enquanto instituição, tenta se reestabelecer em um cenário onde a mediação é disputada por algoritmos e lógicas de engajamento que nem sempre coadunam com o interesse público.

Metodologicamente, o planejamento para a pós-graduação exige uma construção ativa do conhecimento, o que previu um equilíbrio entre a densidade teórica de autores e a análise de objetos empíricos voláteis, como o streaming informativo e as narrativas em redes sociais. Buscando-se que o estudante desenvolva a uma espécie de vigilância epistemológica necessária para a produção qualificada de dissertações e teses. Apresenta-se abaixo o conteúdo programático proposto:

Quadro 01 – Quatro unidades do conteúdo programático

Unidade I – Cenário convergente no audiovisual informativo	-Convergência midiática e a cultura da participação diante da crise do jornalismo -A sociedade em rede e os novos modos de circulação audiovisual -Temporalidades expandidas: da grade televisiva ao algoritmo
---	--

Unidade II – Televisão expandida e Jornalismo em mutação	-Conceitos: TV expandida, HiperTV, SocialTV -Entretenimento e informação em ecossistemas transmidiáticos -Telejornalismo em crise: da autoridade da voz institucional à narrativa afetiva -Reconfigurações do tempo televisivo no streaming
Unidade III – Formatos e linguagens para plataformas digitais	-Gêneros e formatos audiovisuais -Estéticas e estratégias para redes sociais e streaming -Narrativas de engajamento e algoritmos de recomendação
Unidade IV – Métodos de pesquisa e análise de conteúdo audiovisual	-Análise crítica da produção de sentido audiovisual informativo na televisão -Estudos de caso sobre métodos e técnicas de pesquisas audiovisuais -Produção científica orientada a problemas comunicacionais e culturais

Fonte: Autores, 2026.

A justificativa para o recorte no audiovisual informativo reside, sobretudo, na centralidade da imagem e do som na construção da realidade social (Berger e Luckmann, 2009). A relação entre a realidade social e os dispositivos midiáticos estabelece-se por meio de uma tensão dialética de mútua constituição. Sob a perspectiva de Berger e Luckmann (2009), o jornalismo, ao consolidar-se como uma instituição através dos processos de exteriorização, objetivação e interiorização, assume um papel central na construção social da realidade, provendo os quadros cognitivos que permitem aos indivíduos interpretar o mundo circundante. Todavia, essa influência não é unidirecional; observa-se uma relação recursiva na qual o público, imerso na cultura da convergência, ascende à condição de co-produtor da notícia. Nesse cenário, o cidadão, historicamente condicionado pela narrativa jornalística, passa a intervir diretamente na prática informativa. Munido de dispositivos móveis e operando sob uma lógica de ubiquidade tecnológica, o espectador-produtor preenche lacunas geográficas e temporais onde as equipes de reportagem tradicionais não conseguem estar em tempo hábil. Fenômenos como flagrantes, denúncias e registros de problemas comunitários são captados por lentes amadoras e integrados ao fluxo produtivo institucional, ressignificando os papéis profissionais. A convergência midiática, aliada à plataformização, reconfigura a identidade do jornalista, que transita da busca ativa pelo acontecimento para uma função de curadoria e filtragem de conteúdos gerados pelo usuário. O que se depreende, portanto,

é um ecossistema de retroalimentação: enquanto o jornalismo atua na estruturação da realidade social, a sociedade, por meio da participação em rede e da apropriação tecnológica, atua na reconstrução ontológica do próprio jornalismo.

Segundo Becker (2022), o audiovisual não é apenas um suporte, mas uma forma de pensamento que, no cenário de convergência, expande-se para além da tela da televisão. Aqui, entende-se o audiovisual informativo como produto em vídeo com intuito de transmitir informação, o que contempla sobremaneira o telejornalismo expandido⁴ e seus formatos.

Sejas nas ruas, nas telas de diferentes suportes, e cada vez mais também nas redes sociais digitais, o telejornalismo, que se firmou no Brasil como uma forma de contar os fatos (re)conhecida e credível pelo espectador, também é narrado, em comentários, críticas, estudos e pesquisas que vão tecendo também modos particulares de uso, fruição e saber sobre os mundos, da mídia e do jornalismo. (Coutinho, 2016, p.02)

O planejamento da disciplina, que possui carga horária de 30 horas/aula, buscou, em última análise, mapear essas expansões, preparando o terreno para que os discentes compreendam as tensões entre a tradição do telejornalismo e as novas exigências de uma audiência fragmentada e participativa.

Freire (1996, p.47) aponta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Nessa perspectiva, o desenvolvimento das aulas foi organizado para mitigar a dispersão cognitiva característica da era da hiperestimulação, adotando um modelo de sala de aula invertida e seminários dialógicos. A Geração Z, marcada pela tecnologia e pela conectividade, desafia os paradigmas tradicionais da educação, exigindo uma reflexão aprofundada sobre as práticas docentes. Isso porque é uma geração que valoriza o diálogo e a interação (Olegário, 2024, p. 59). Por isso, no âmbito da estruturação desta proposta pedagógica, a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) emergiu como uma estratégia metodológica assertiva, alinhando-se à autonomia discente, com acompanhamento docente, esperada na pós-graduação. Isso porque a proposta central enquanto projeto da disciplina é a elaboração de um artigo científico, ancorado em leituras e discussões ocorridas durante a disciplina e aplicado a um objeto empírico. Conforme as premissas de Bender (2014), a

⁴ Fase expandida: ocorre quando os telejornais passam a criar conteúdos, exclusivos ou não, para outras plataformas, sejam redes sociais ou aplicativos, de forma a expandir os conteúdos jornalísticos para novos formatos. (Mello e Alves, 2016, p.05)

ABP articula-se a partir de uma questão-motriz, elemento deflagrador que visa a mobilização cognitiva e o engajamento dos discentes.

Levando em consideração o cenário de constantes e velozes transformações no campo jornalístico contemporâneo, a metodologia ABP permite ainda abrir espaço para que os estudantes experimentem e se qualifiquem como profissionais de múltiplas habilidades, com o apoio de conhecimentos de diferentes áreas (Ravazzolo e Olegário, 2022, p.07)

Ao longo do percurso pedagógico, o protagonismo é deslocado para o estudante, que é instigado a exercer sua capacidade decisória e autonomia frente às complexidades inerentes ao projeto do artigo. Nesse ecossistema, a função docente transmuta-se para a de um mediador, cuja intervenção é pautada pela oferta de feedbacks regulares e orientações diagnósticas. O que se materializou no semestre de duas maneiras: a primeira, com um seminário metodológico promovido em parceria com a Rede Telejor⁵, ao qual dois professores de universidades federais do sudeste realizaram um painel remoto de metodologias para audiovisual informativo, possibilitando a troca com o estudantes sobre suas propostas de pesquisa para o artigo da disciplina; e a segunda, orientação docente dirigida ao discentes para alinhamentos teóricos-metodológicos, visando a estruturação final do artigo. O ciclo encerrou-se com a apresentação das propostas individuais na turma, como etapa para a validação do conhecimento construído ao longo do semestre. Dessa maneira, os estudantes também foram estimulados a apresentar seus trabalhos em congressos científicos e a submeter a períodos da área as suas produções da disciplina.

A ABP não é uma solução para todos os problemas no ensino superior, mas pode satisfatoriamente responder a questões educacionais consideradas áspersas, como interdisciplinaridade, integração entre teoria e prática e a aproximação dos mundos da escola e do trabalho. Uma das principais características da ABP é a integração entre teoria e prática e a promoção de conhecimentos além do contexto curricular, onde estão inseridos. (Garrossini et al. 2016, p.04)

Assim, a ABP não apenas operacionaliza o conteúdo programático, mas desenvolve competências colaborativas essenciais à práxis profissional contemporânea, além do desenvolvimento acadêmico enquanto pesquisador.

4. A prática docente

⁵ Criada em 2005, a Rede de Pesquisadores em Telejornalismo, Rede Telejor, se dedica aos estudos do jornalismo para as diferentes telas. Reúne pesquisadores de diferentes vertentes, congregando estudiosos das cinco regiões brasileiras, vinculados a universidades públicas e particulares (SBPJOR, 2026).

A condução da disciplina proporcionou uma percepção atenta sobre os desafios de ensinar comunicação e tecnologia em um período de transição paradigmática. A primeira observação crítica refere-se à necessidade de desconstruir o fetiche tecnológico entre os discentes. É comum que o estudante de pós-graduação chegue à disciplina deslumbrado pelas ferramentas, cabendo ao docente o papel de reconduzir o olhar para a dimensão ética e social. A percepção docente é de que este nível de ensino deve fomentar a dúvida metódica sobre as promessas de inovação que, muitas vezes, mascaram a precarização do trabalho e trazem tensionamentos éticos no campo comunicacional, entre outros dilemas.

A prática de ensino revelou, ainda, a importância da interdisciplinaridade. Para, a partir daí, avançarmos para a transdisciplinaridade proposta por Morin (2015). Ao qual a consolidação do pensamento complexo encontra-se indissociavelmente vinculada ao aporte epistemológico da transdisciplinaridade. Esta se define pela articulação de esquemas cognitivos capazes de operar para além das fronteiras disciplinares tradicionais, recusando as divisões arbitrárias, os conceitos estanques e as partições teóricas que historicamente fragmentam o saber. Para Morin (2015), esse movimento contrapõe-se de forma veemente ao modelo pedagógico cartesiano clássico, cuja herança institucional ainda condiciona os sujeitos a isolar e compartimentar os fenômenos, quando a realidade contemporânea demanda, de modo premente, a capacidade de estabelecer interconexões e promover a religação dos saberes. Por isso, justifica-se que se torna cada vez mais difícil pesquisar audiovisual sem dialogar com outras áreas, como publicidade e propaganda e marketing, por exemplo. A orientação dos artigos finais da disciplina demonstrou que, quando munidos de uma base teórica e olhar treinado para uma perspectiva crítica de consumo, os estudantes conseguem produzir análises que desvendam camadas e promovem contribuições efetivas ao campo dentro do grau de maturidade esperada, seja para futuros mestres ou futuros doutores.

5. Considerações finais

As reflexões proporcionadas pela docência na disciplina evidenciam que o ensino do audiovisual informativo na pós-graduação stricto sensu transcende a mera instrumentalização técnica, configurando-se como um espaço de problematização

epistemológica, metodológica e ética. Morin (2020) ao discutir a premência de uma reforma do pensamento, alerta-nos para o perigo da hiperespecialização e da fragmentação do conhecimento. No campo comunicacional, esse isolamento manifesta-se quando o audiovisual informativo é analisado de forma estanque, alheio às dinâmicas sociais, políticas e econômicas que o atravessam. Ou seja, a estabilidade interna de uma disciplina, quando orientada por um pensamento simplificador, obstaculiza a autocrítica: o paradigma da ciência clássica, por si só, impede a tomada de consciência de suas próprias limitações e de sua própria natureza paradigmática (Morin, 2020).

Ao convidar os discentes da Geração Z a participarem da disciplina com autonomia e colaboração, avança-se na perspectiva da construção de um pensamento complexo, ao qual busca-se a superação de visões simplificadoras compreendendo cenários midiáticos em suas diferentes dimensões. Diante do contexto de instabilidade sistêmica e erosão dos conceitos de verdade e credibilidade, o jornalismo precisa encontrar caminhos à solução da crise, o que exige, por exemplo, uma mediação qualificada (Oliveira, 2018). Por isso, a transparência se impõe não mais como mero atributo acessório, mas como uma nova cláusula contratual e deontológica para a legitimação social da atividade (Oliveira, 2018). Nesta direção, portanto, a disciplina viabiliza tanto a decodificação crítica do audiovisual informativo como objeto complexo de pesquisa quanto a intervenção qualificada e ética em sua prática profissional contemporânea.

Assim sendo, a superação da visão fragmentada encontra na interdisciplinaridade o seu caminho como resposta para uma renovada prática docente. Essa hibridização entre áreas, para a pesquisa científica e o seu espaço de reconhecimento na pós-graduação, não deve ser vista como uma perda de pureza do campo, mas como uma manifestação da multidimensionalidade do fenômeno comunicacional, exigindo do pesquisador um olhar transdisciplinar capaz de articular técnica, estética e consumo.

Referências

BECKER, Beatriz. **A construção audiovisual da realidade**: uma historiografia das narrativas jornalísticas em áudio e vídeo. Rio de Janeiro: Mauad, 2022

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

BENDER, Willian. **Aprendizagem baseada em projetos**: Educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BONADIMAN, Mariana. et al. **Perfil dos usuários do LIOP**: Laboratório de Informação e Orientação Profissional da UFSC: Mudanças percebidas nos últimos três anos. Caminho Aberto: Revista de Extensão do IFSC, Florianópolis, v. 2, n. 3., 2016.

COUTINHO, Iluska. **O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade**: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo. Anais do 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2016.

FAUSTO NETO, Antônio. **Transformações nos discursos jornalísticos**: a atorização dos acontecimentos. In: SBPjor. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 1996.

GARROSSINI, Daniela; et al. **Comunicação e Educação em ambientes tecnológicos colaborativos**: A criação do aplicativo Tiê na Universidade de Brasília. In: 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2016, São Paulo. Anais do 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010

JÁCOME, P. MODERNIZAÇÃO COMO MANDATO: relações temporais coloniais em discursos autorreferentes do jornalismo brasileiro. In: **Anais do 32º Encontro Anual da COMPOS**, v. 32, São Paulo, 2023. LAGE, Nilson. **A Reportagem Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística**. 9.Ed., Rio de Janeiro: Record, 2011.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Márcia. **Credibilidade no jornalismo**: uma nova abordagem. Estudos de Jornalismo e Mídia, v. 14, p. 51-62, 2017.

MATTOS, Valéria. **Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho**. Alongamento da Escolaridade e Alternativa ao Desemprego. São Paulo: Xamã, 2011.

MELLO, Edna; ALVES, Yago. **Telejornalismo Expandido**: A Apropriação de Redes Sociais e Aplicativos pelo Jornalismo Televisivo. In: 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo. Anais do 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **O jornalismo no novo ambiente comunicacional**: uma reavaliação da noção do jornalismo como sistema perito. Tempo Social, v. 34, p. 195-216, 2022.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLEGÁRIO, Leandro. **Estratégias de aprendizagem ativa na educação profissional: uma abordagem teórica às práticas pedagógicas**. ECCOM - Educação, Cultura E Comunicação, v. 15, p. 54-65, 2024.

OLIVEIRA, Felipe Moura de. **La semiosis de la noticia**: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo. Barcelona: UOC, 2018.

OLIVEIRA, Felipe Moura de; PASTL, Carolina Monego Lins. **Crise do jornalismo, transparência e fixação da crença em ambiente de negacionismo e desinformação**. Revista Eikon - Journal on Semiotics and Culture, v. 1, p. 1-11, 2023.

RAVAZZOLO, Ângela; OLEGÁRIO, Leandro. **Empreendedorismo em Jornalismo**: Estratégias pedagógicas na formação acadêmica. In: 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2022, João Pessoa. Anais 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2022.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. **Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter**. Contracampo, Niterói, v. 40, n. 1. 2020

SANTAELLA, Lúcia. **A Teoria Geral dos Signos**: Como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SILVA, Mariana Domingues Gonçalves Da; KUWAHARA, Mônica Yukie. **A geração z chega à universidade**: características socioeconômicas dos possíveis concluintes de cursos superiores no Brasil entre 2017 e 2019. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, p. e4572, 2024.

SODRÉ, Muniz. **Ciência do Comum**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “fake news” – a typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

TRILLING, D.; TOLOCHKO, P.; BURSCHER, B. “From newsworthiness to shareworthiness”. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 94 (1): 1-23, 2016.